

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.672 - MG (2019/0298898-2)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DE PARAISÓPOLIS - MG**
SUSCITADO : **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**
INTERES. : **ELIANE CARDENES DE SOUZA BARBOSA**
ADVOGADO : **EMANOEL ADRIANO VIANA - MG118915**
INTERES. : **MUNICIPIO DE PARAISOPOLIS**
ADVOGADOS : **TUANY PEREIRA CUSTÓDIO - MG001316**
PAMELLA REGINA CARVALHO - MG125964

DECISÃO

Trata-se de Conflito de Competência cujo suscitante é o Juízo de Direito de Paraisópolis - MG e suscitado o Tribunal Superior do Trabalho.

O Juízo do Trabalho reconheceu a incompetência da Justiça Laboral, "considerando a declaração inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 4/94 do Município de Paraisópolis, força é reconhecer a incompetência da Justiça do Trabalho para o exame da causa primitiva, tendo em vista que, conservado o *status quo ante*, os servidores municipais permanecem submetidos ao regime jurídico-administrativo" (fl. 871, e-STJ).

O Juiz estadual declarou-se incompetente, considerando que o contrato foi firmado, fundamentalmente, sob as regras da CLT.

É o relatório.

Decide-se.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 7.10.2019.

A determinação da competência para o processamento e julgamento das demandas trabalhistas entre servidores públicos e a Administração Pública depende do vínculo estabelecido ou pretendido entre as partes, à luz dos termos do pedido e da causa de pedir. Se o vínculo for estatutário, a competência será da Justiça Comum (estadual ou federal); ao contrário, na hipótese de vínculo regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), caberá à Justiça Trabalhista o julgamento dos litígios daí advindos.

Evidencia-se dos autos que o Município de Paraisópolis - MG editou e instituiu a Lei Complementar 4/1994 para regulamentar o regime de seus servidores, em substituição à Lei Municipal 27/1950. Porém, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a considerou, em controle concentrado de constitucionalidade, inconstitucional. Logo, a Lei Municipal 27/1950, por repristinação, voltou a vigorar.

Evidencia-se, com isso, ser a Justiça Comum competente para processamento e julgamento do feito, tendo em vista que a Lei Municipal 27/1950 prevê regime jurídico estatutário aos servidores.

A esta conclusão chega-se, pois o que se coloca é a competência em razão da matéria (e, portanto, absoluta), e, neste caso concreto, a matéria discutida não é a celetista, mas a estatutária.

Superior Tribunal de Justiça

Em casos semelhantes, o STJ já decidiu favoravelmente à competência perante a Justiça Comum, como no CC 148.437, de relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 17.10.2016.

Pelo exposto, **conhece-se do Conflito para declarar competente o Juízo de Direito de Paraisópolis - MG**, o suscitante.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator